



Número: **0821106-80.2015.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO SUMÁRIO**

Órgão julgador: **9ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **04/09/2015**

Valor da causa: **R\$ 13500.0**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	
Tipo	Nome
ADVOGADO	JOSE ORISVALDO BRITO DA SILVA
AUTOR	SERGIO CARLOS DOS SANTOS
RÉU	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
1948060	04/09/2015 16:12	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
1948062	04/09/2015 16:12	<a href="#">INICIAL</a>	Memorial
1948063	04/09/2015 16:12	<a href="#">PROCURAÇÃO</a>	Procuração
1948064	04/09/2015 16:12	<a href="#">DOCS PESSOAIS</a>	Procuração
1948066	04/09/2015 16:12	<a href="#">DECLARAÇÃO</a>	Outros Documentos
1948067	04/09/2015 16:12	<a href="#">DOCS DIVERSOS</a>	Outros Documentos
2713236	20/01/2016 09:46	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
2868647	03/02/2016 07:09	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
3001554	22/02/2016 16:28	<a href="#">Diligência</a>	Diligência
3001556	22/02/2016 16:28	<a href="#">Mandado de Citação</a>	Devolução de Mandado



**SERGIO CARLOS DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do documento de identificação RG/SSP/PB 3161783, inscrição no CPF 076.313.574-71, filiação: Geraldo Maniçoba dos Santos e Maria Dolores dos Santos, residente e domiciliado na Rua Boa Vista, s/n, Bairro Guanabara, Sousa, PB, CEP: 58.800-000, vem por meio de seu advogado, infra-assinado, propor

**AÇÃO PELO RITO ORDINÁRIO DE  
COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO  
DE DANOS PESSOAIS DPVAT**

em face de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua João Bernardo de Albuquerque n.º. 62 sala 105, Tambiá, João Pessoa - PB. CEP 58.020-565, pelas razões de fato e de direito que passam a expor:

**DAS PRELIMINARES**

**I - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

Inicialmente, a parte autora solicita a V.Exª se digne a deferir a Gratuidade de Justiça, na forma do art. 4º, da Lei n.º 1.060/50, segundo redação ministrada pela Lei n.º 7.510/86, eis que não possui condição financeira para arcar com o ônus da presente demanda, sem que tal dispêndio traga, para si e sua família, prejuízo de subsistência.

*Rua Miguel Couto 251, Edifício Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.*

## **II- DA MUDANÇA DO RITO SUMARIO PARA O RITO ORDINÁRIO:**

Como é sabido, a matéria em discussão está capitulada no artigo 275, I do CPC, principalmente em razão do valor da causa, o que leva à adoção do rito SUMÁRIO e, conseqüentemente à designação da audiência de conciliação prevista no artigo 277 do mesmo diploma legal.

Por outro lado, **a prática nos processos de cobrança de seguro DPVAT, conduz à conclusão da inutilidade da referida audiência de conciliação do rito Sumário**, haja vista que a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT e o conglomerado de Seguradoras que fazem parte do consórcio, não concilia nesta fase processual, principalmente em razão da necessidade da produção da prova pericial médica.

Sensível a esta realidade, muitos Magistrados, ao despachar a inicial, convolam o rito para ordinário, exatamente para atender ao princípio da **celeridade processual**, bem como para descongestionar a pauta de audiência do Juízo. Ainda, dada **necessidade de prova complexa**, haverá possibilidade de dilação probatória.

Neste esteio, o art 244 do CPC preceitua que “*quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.*” Corroborado a isso o parágrafo único do art 250 também do CPC, nos instrui que “*Dar-se-á o aproveitamento dos atos praticados, desde que não resulte prejuízo as partes.*” A “**ordinarização**” do processo não violará os princípios da ampla defesa e do contraditório e tampouco implicará em prejuízo a parte Requerida.

Aliás este é o posicionamento majoritário do STJ:

**AgRg no AREsp 258553 / PE**

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL**  
2012/0243835-8

Relator (a) Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI

Órgão Julgador: Quarta Turma

Data do Julgamento: 06/06/2013, DJe 24/06/2013

**Ementa: AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRANSITO. CONVERSÃO DO RITO SUMARIO PARA ORDINÁRIO. POSSIBILIDADE.**

1- Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficiente ampla e fundamentada, deve ser alegada a violação do art. 535 do Código de Processo Civil.

**2- Não havendo prejuízo para a defesa, é possível a conversão do rito sumário para o ordinário.**

3-O julgamento em desacordo com as pretensões da parte não consubstancia negativa de prestação jurisdicional ou afronta aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

4- Agravo regimental que se nega provimento.

**REsp 737260 / MG**

**RECURSO ESPECIAL**

2005/0049673-2

*Rua Miguel Couto 251, Edifício Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.*

Relator (a) Ministra NANCY ANDRIGHI,

Órgão Julgador: Terceira Turma

Data do Julgamento: 21/06/2005, DJ 01/07/2005

Ementa: **PROCESSO CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRANSITO. PROCEDIMENTO. ADOÇÃO DO RITO ORDINÁRIO AO INVÉS DO RITO SUMÁRIO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. PREJUÍZO. AUSÊNCIA. INÉPCIA POR ESCOLHA INADEQUADA DE PROCEDIMENTO. INOCORRÊNCIA. INSTRUMENTALIDADE DO PROCESSO.**

-A jurisprudência do STJ acolhe o entendimento no sentido de que, **inexistindo prejuízo para a parte adversa, admissível é a conversão do rito sumário para o ordinário.**

- **Não há nulidade na adoção do rito ordinário ao invés do sumário**, salvo se demonstrado prejuízo, notadamente porque o ordinário é mais amplo do que o sumário e propicia maior dilação probatória.

- **Não há inépcia da inicial pela adoção do rito ordinário para as ações previstas no art. 275 do Código de Processo Civil.**

Recurso especial conhecido, mas negado provimento.

No úbere dos princípios constitucionais da celeridade, finalidade, melhor instrumentalizado estar-se-á, se adotado este procedimento além de mais suscetível de exalar eficácia jurídica processual.

## **DOS FATOS**

Consoante comprova a inclusa documentação, a parte autora foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 04/01/2015, O QUE LHE CAUSOU FRATURA DO MAXILAR, PANCADA NA CABEÇA E NO NARIZ E LESÕES NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, ACARRETANDO-LHE SEQUELAS PERMANENTES, como demonstra a documentação médica em anexo.

Registre-se que a parte autora postulou administrativamente o recebimento do seguro DPVAT, sinistro registrado sob nº 3150299396, **sendo-lhe negado o pagamento**, conforme documentação anexa.

Consubstanciado a isso e pela análise das provas, não há dúvida quanto ao fato, bem como suas consequências e o nexo causal que as une, pois está documentalmente provada a lesão sofrida e a sua extensão.

## **DO DIREITO**

### **I. DA POSSIBILIDADE DO PEDIDO DA DIFERENÇA PAGA PELO SEGURO DPVAT**

A questão vertente exige a exegese da norma constante dos art. 3º e 5º da Lei 6.194/74, com as atualizações da Lei 11945/09, pelo qual se depreende de modo inequívoco, que havendo INVALIDEZ PERMANENTE, o valor da indenização deve ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a ser paga de acordo com

*Rua Miguel Couto 251, Edifício Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.*

o real grau de invalidez da vítima, que deverá ser aferido através de perícia médica, que ora requer a parte autora.

Dessa forma, restando comprovado o acidente de trânsito e as seqüelas oriundas deste, faz jus a parte autora ao recebimento do SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ, NÃO VALOR DE ATÉ R\$ 13.500,00.

## II- DA ELEIÇÃO DO FORO

No que tange ao respectivo foro eleito pela parte autora, a resolução do conflito de competência encontra supedâneo processual nos moldes dos artigos 94, *caput*; parágrafo único do art. 100, ambos do CPC. Em julgado recente, em sede de recurso especial repetitivo, o E. STJ assim decidiu:

STJ- RECURSO ESPECIAL, REsp1357813/RJ 2012/0262596-6.

**Ementa: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVERSIA. ART 543-C DO CPC. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES – DPVAT. DEMANDA DE NATUREZA PESSOAL. FACULDADE DO AUTOR NA ESCOLHA DO FORO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO. FORO DO DOMICÍLIO DO REU. ART 94, CAPUT, DO CPC. LOCAL DO ACIDENTE OU DE SEU DOMICÍLIO. ART 100, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.**

1. Para fins do art. 543 –C do CPC: Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de vias terrestres – DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: o do local do acidente, ou o do seu domicílio (parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo diploma). 2. No caso concreto, recurso especial provido. Data de publicação: 24/09/2013. (grifo nosso).

Ainda em consonância com a **Súmula 570** do STJ que diz:

*“Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu.”*

Isso assevera o caráter eminentemente social do seguro DPVAT sendo, portanto, imprescindível garantir a vítima o amplo acesso ao poder judiciário em busca do direito tutelado em lei.

## III- DA INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA A APRESENTAÇÃO DE LAUDO DO IML COM A PETIÇÃO INICIAL – INSTRUÇÃO PROBATÓRIA

A fim de garantir o princípio da celeridade processual, vale-nos ressaltar, de antemão, que a Lei nº 6.194 NÃO atribuiu ao laudo do Instituto Médico Legal (IML) o caráter de documento indispensável à propositura da ação de cobrança

*Rua Miguel Couto 251, Edifício Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.*

do seguro DPVAT nos casos de invalidez. Segundo o normatizado em seu no Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

A toda prova, tal verificação pode ser feita por perícia médica a ser realizada na fase de instrução. Na verdade, os documentos indispensáveis de que trata o art. 283 do Código de Processo Civil devem ser entendidos apenas como aqueles necessários para que a ação possa validamente ser proposta, sob o aspecto formal, não se confundindo a com a atividade probatória, voltada a prova dos fatos alegados, que é atinente ao aspecto material.

### **DO PEDIDO**

Face ao exposto, a parte autora requer o que segue, em apelo para a entrega da prestação Jurisdicional da seguinte forma: :

- a) **Seja concedido as benesses da Justiça Gratuita.**
- b) **Seja recebido o presente pelo RITO ORDINÁRIO.**
- c) **Determine a citação da seguradora-ré, para, querendo, responder aos termos da presente, sob pena de revelia e confissão, e ad cautelam, caso não recebido pelo rito requerido, seja designada data à realização de audiência de conciliação, na forma do art. 277 do Código de Processo Civil;**
- d) **Seja deferido o pedido de PROVA PERICIAL MÉDICA.**
- e) **seja a ré CONDENADA a pagar o valor de ATÉ R\$ 13.500,00 ( TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) corrigida monetariamente e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a partir da data do evento danoso.**
- f) **seja a ré, ainda, CONDENADA ao pagamento das custas processuais e juros, onde couber, bem como em honorários advocatícios em valor não inferior a 20% sobre o valor da condenação.**

### **DO VALOR DA CAUSA**

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

### **DAS PROVAS**

Requer a parte autora, **notadamente, a PROVA PERICIAL MÉDICA, imprescindível ao desfecho da lide**, e ainda todas demais em direito admitidas, em especial, prova documental superveniente, se necessário for.

*Rua Miguel Couto 251, Edifício Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.*

## DAS PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES

Por fim, em cumprimento ao art. 39, I, do CPC, o autor informa que receberá todas as intimações referentes a este processo no endereço: Rua Miguel Couto nº. 251, Edifício Vina Del Mar 7º Andar, Sala 705, Centro, João Pessoa - PB, e, requer ainda, que todas as publicações sejam efetuadas exclusivamente em nome do advogado Dr. Jose Orisvaldo Brito da Silva, OAB/RJ 57.069, sob pena de nulidade, a teor do art. 236, § 1º, do CPC, esperando deferimento.

Pede Deferimento.

João Pessoa, 06 de agosto de 2015.

Jose Orisvaldo Brito da Silva  
OAB/RJ 57069

Quesitos da parte autora (artigo 276 CPC):

- a) A parte autora sofreu algum(s) tipo(s) de fratura?
- b) Em caso positivo, queira informar se desta(s) gerou debilidade permanente?
- c) Apresenta limitação dos movimentos do(s) membro(s) fraturado(s)?
- d) Apresenta limitação funcional do(s) membro(s) afetado(s)?
- e) Sofreu debilidade permanente? Sofreu deformidade permanente?
- f) A parte autora sofreu incapacidade para o trabalho?
- g) A lesão da parte Autora possui previsão na Tabela da Susep anexa à Lei nº 6.194/74, com alteração dada pela Lei nº 11.945/2009?
- h) De acordo com a tabela prevista no Art. 3º, II, § 1º da Lei nº 6.194/74, qual o percentual da incapacidade permanente suportada pela parte Autora?
- i) Queira o i. *expert* acrescentar o que entender devido.

*Rua Miguel Couto 251, Edifício Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.*



**PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA**

**Outorgante(s):**

Sergio Carlos Dos Santos

brasileiro(a),

estado civil: solteiro, profissão: Agricultor,

documento de identificação: 3161F83 SSP/PB,

CPF: 046.313.544-41, Endereço: R. Boa Vista,

S/Nº, Guamarã,

Cidade: Souza, Estado PB,

CEP: \_\_\_\_\_

**Outorgado (s):**

**JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA**, advogado, inscrito na OAB/RJ nº 57069 com escritório profissional na Avenida Miguel Couto 251, sala 605, Centro, CEP: 58.010-770, João Pessoa - PB.

**Poderes:**

Os da cláusula *ad judicium et extra*, inclusive com os especiais poderes para patrocinar, defender, em todos os seus termos, atos e incidentes, os direitos e interesses do (a) outorgante, em qualquer processo, ação ou medida em que o mesmo seja parte autora, ré, oponente ou assistente. Conferindo para tanto, o poder geral para o foro, conforme dispõe o artigo 28 do CPC, podendo ainda requerer, alegar, assinar, quando mister, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito que se funda a ação, receber e dar quitação em juízo ou fora dele, firmar compromisso, levantar importância em juízo ou fora dele, endossar cheques, recorrer de despachos e sentença, arrolar e inquirir testemunhas, juntar documentos, apelar para instâncias superiores, fazer acordos, enfim, praticar todos os demais atos necessários e em direito admissíveis, inclusive o de substabelecer, **especialmente para atuar em AÇÃO DE COBRANÇA em virtude do acidente de trânsito experimentado pelo (a) outorgante e em razão das lesões por ele (a) sofridas.**

, 26 de julho de 2015.

Sergio Carlos Dos Santos

**OUTORGANTE**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

**Receita Federal**  
Cadastro de Pessoas Físicas

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

Número  
**076.313.574-71**

Nome  
**SERGIO CARLOS DOS SANTOS**

Nascimento  
**28/08/1982**

**VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO**

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

**3161783** DATA DE EXPEDIÇÃO: **27 SET 2003**

**SERGIO CARLOS DOS SANTOS**  
Carteira Amarela dos Santos

**SERGIO CARLOS DOS SANTOS**  
Sousa-PB **28.08.1982**

NATURALIDADE: **Serg. Nascimento, fls. 2, 21v. 1-10**  
DATA DE NOMEÇÃO: **Sert. Sousa-PB**

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29.09/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE POLÍCIA IDENTIFICADORA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

**D. 920**

*Sergio Carlos dos Santos*

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO



MARIA DOLORES COELHO DOS SANTOS  
SIT BOA VISTA, 90 - GUANABARA  
SOUSA / PB CEP 58800-000 (AG. 177)

Classe/Subcl: RESIDENCIAL / BAIKA RENDA MONOFÁSICO  
Roteiro: 8 - 177 - 150 - 1040  
Nº medidor: 00008548852

Referência: Jan / 2015  
Emissão: 10/01/2015

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Rt 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680  
CNPJ 06.965.183/0001-40 - Ins. Est. 16.015.823-0  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 000.382.442  
Código para Débito Automático: 00000718884

Atendimento ao Cliente **ENERGISA 0800 083 0196** Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

7b4c.863a.431b.37c2.2c83.a602.c88f.a4bc

Conta referente a

**CDC (Código do Consumidor): 5/71868-4**

Jan / 2015

Canal de contato

Apresentação

- NÃO PERCA O DESCONTO DA TARIFA BAIKA RENDA.  
LEIA ATENTAMENTE A CARTA ENTREGUE JUNTO COM  
ESTA FATURA

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei  
nº 10.438, de 26 de abril de 2002

10/01/2015

Data prevista da  
próxima leitura

09/02/2015

CPF/ CNPJ/ RANI  
7804684498

Cálculo de consumo

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
09/12/14	2369	10/01/15	2510	32

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ  
O DIA 05/01/2015 PAGAS  
OBRIGADO!

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 30kWh - BR	30	0,12673	3,80
Consumo - 31 a 105kWh - BR	70	0,21726	15,20
Consumo - 106 a 220kWh - BR	41	0,32589	13,36
Adic. B. Vermelha			0,85

IMPOSTOS E ENCARGOS

PIS	0,38
COFINS	1,75
JUROS DE MORA 12/2014	0,16
MULTA 12/2014	1,53
ICMS (Base de Cálculo R\$ 75,86) (Alíquota 27,00%)	20,46

Histórico de Consumo  
(kWh)

Dez/14	135
Nov/14	155
Out/14	133
Sep/14	140
Ago/14	133
Jul/14	170
Jun/14	160
Mai/14	157
Abr/14	128
Mar/14	131
Fev/14	148
Jan/14	148

OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS	
PARCELAMENTO DE DESCONTOS	21,55
BEM SEGURO FÁCIL - ACESSO 1010	4,31

Média dos últimos meses  
145 kWh

**VENCIMENTO**  
**16/01/2015**

**TOTAL A PAGAR**  
**R\$ 83,41**

Indicadores de Qualidade

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	6,30	0,00	
DIC TRIMESTRAL	18,91		NOMINAL 220
DIC ANUAL	33,82		
FIC MENSAL	4,10	0,00	
FIC TRIMESTRAL	6,23		CONTRATADA 201
FIC ANUAL	16,47		LIMITE INFERIOR 231
DMIC	4,85	0,00	LIMITE SUPERIOR 231
DICRU	12,22		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia/PB	19,54	16,23
Compra de Energia	17,00	20,38
Serviço de Transmissão	1,14	1,37
Encargos Setoriais	1,53	1,83
Impostos Diretos e Encargos	24,36	29,21
Outros Serviços	25,84	30,98
<b>Total</b>	<b>83,41</b>	<b>100,00</b>

Valor do encargo do Uso do Sistema de Distribuição  
(Ref. 11/2014) R\$ 20,40

Atenção:  
- Tarifas Antecipadas e Parceladas, conforme tabela de preços;  
- Esta unidade foi cadastrada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$20  
Contato Serviço: BEM SEGURO FÁCIL - ACE - 0800 704 0044

PARAIBA

Roteiro: 8 - 177 - 150 - 1040  
Matrícula: 71868-2015-01-8

**VENCIMENTO**  
**16/01/2015**

**TOTAL A PAGAR**  
**R\$ 83,41**

836200000000-5 63410054000-6 00718682015-0 01801770019-8





## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Sergio Carlos Dos Santos

brasileiro(a), estado

civil: Solteiro, profissão: Agricultor,

documento de identificação: 3161f83-SS/PB,

CPF: 016.313.541-11, venho, amparado pela Lei

7.115/83, perante este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito no qual anexo documento comprobatório em nome de terceiro, para os devidos fins:

LOGRADOURO (Rua/Avenida/Praça)	<u>Bom Vista</u>
NÚMERO	<u>5/Nº</u>
COMPLEMENTO	
BAIRRO	<u>Guarabara</u>
CIDADE	<u>Sousa</u>
ESTADO	<u>PB</u>
CEP	
TELEFONE	
E-MAIL	

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade acerca da declaração prestada, sob as penas da lei.

26 de julho de 2015.

Sergio Carlos Dos Santos

DECLARANTE



## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA

Sergio Carlos dos Santos

brasileiro(a), estado  
civil: solteiro, profissão: Agricultor,  
documento de identificação: 3161783-SSP/PB,  
CPF: 076.313.541-71, Endereço: R. Boa  
Vista, S/Nº, Guamarã,  
Cidade: Sauba, Estado PB,  
CEP: \_\_\_\_\_

**DECLARA**, sob as penas da Lei, para fins de prova junto ao Juízo Cível, e a quem por competente distribuição couber o julgamento da lide, **que não possui condições financeiras para arcar com o ônus processual, estando nas exatas condições da Lei nº 1.060/50**, carecendo, pois, dos auspícios da **GRATUIDADE DE JUSTIÇA** em **AÇÃO DE COBRANÇA** a ser proposta contra quem de direito, em razão de acidente de trânsito sofrido pelo(a) declarante.

Não serão cobrados honorários advocatícios nesta oportunidade, ressalvando-se o direito em caso de mudança na situação econômica do declarante.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade acerca da declaração prestada.

\_\_\_\_\_, 26 de Julho de 2015.

Sergio Carlos dos Santos

**DECLARANTE**





**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 266 /2015.**

Versando sobre: **acidente de trânsito**

Data e hora do fato: **04/01/2015 – 16:20h**

Data e hora em que a Delegacia tomou conhecimento: **10/03/2015 – 09:50h**

Local do ocorrido: **Rua do estádio O MARIZÃO, Sousa - PB**

**COMUNICANTE:** SERGIO CARLOS DOS SANTOS, conhecido como SÉRGIO, brasileiro, solteiro, agricultor, natural de Sousa – PB, nascido aos 28/08/1982, Identidade – RG n.º 3161783 SSP/PB, CPF: 076.313.574-71, filho de Geraldo Maniçoba dos Santos e de Maria Dolores dos Santos, residente na Rua Boa Vista, s/n, Bairro Guanabara, Sousa – PB. (próximo ao cemitério e ao matadouro). Telefone para contato: (83) 9155-7271 (pai do comunicante).

**VÍTIMA:** o comunicante.

**HISTÓRICO:** QUE no dia 04/01/2015, por volta das 16:20h, o comunicante se deslocava do sítio Riachão com destino a sua residência, nesta cidade, conduzindo a sua motocicleta HONDA CG 150 TITAN ES, COR PRETA, ANO 2007. MOD 2007, PLACA MNO1494/PB, CHASSI: 9C2KC08507R059926, RENAVAM: 916313425, registrada em nome da ex-proprietária FRANCISCA OLIMPIA DE SOUSA, trazendo como passageiro a pessoa conhecida por LAGARTIXA, e quando se encontravam nas imediações do prédio que está funcionando o Ministério Público, pela Rua do estádio O MARIZÃO, um veículo automóvel branco, que vinha da rua da churrascaria de CHICO SAQUIM, adentrou repentinamente a via que o comunicante seguia; QUE o comunicante afirma que desviou de referido veículo, porém perdeu o controle da moto e caiu ao solo juntamente com a pessoa conhecida como LAGARTIXA; QUE o comunicante afirma que uma equipe do SAMU quem socorreu o comunicante e LAGARTIXA até o hospital regional desta cidade; QUE o comunicante afirma que o condutor do veículo automóvel branco se evadiu do local e não prestou socorro ao comunicante; QUE o comunicante afirma que sofreu uma lesão no joelho da perna esquerda e uma pancada na cabeça, enquanto que LAGARTIXA sofreu fratura no maxilar e uma pancada no nariz; QUE o comunicante não é habilitado para conduzir veículo automotor; QUE até a presente data, o comunicante ainda não conseguiu identificar o condutor de referido veículo automóvel; QUE ninguém mais se envolveu em referido acidente; **QUE é conhecedor(a) das sanções civis, penais e administrativas a que está sujeito(a), caso o declarado aqui não seja estritamente a verdade.** Nada mais a constar.

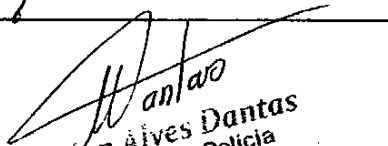
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS : **lavratura do presente BO.**

SOUSA – PB, 10 de março de 2015.

AUTORIDADE POLICIAL: Del. Pol. Dr. Aulinson Tabosa de Farias

COMUNICANTE: Sergio Carlos dos Santos

ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL: Arlan Alves Dantas

  
Arlan Alves Dantas  
Escrivão de Polícia  
Mat.: 155.721-1







**Processo: 10015 - Natureza: INVALIDEZ - Sinistro: 3150299396 - Nome: SERGIO CARLOS DOS SANTOS**

Evento	Descrição	Atendente
17/03/2015 10:50	PRÉ-CADASTRO NÃO ANALISADO	Dante Noroes Albuquerque
17/03/2015 10:52	PRÉ-CADASTRO COM RESTRIÇÕES: APRESENTAR DECLARACAO PADRAO ASSINADA PELO PROPRIETARIO DO VEICULO (PESSOA FISICA OU JURIDICA), COM FIRMA RECONHECIDA POR AUTENTICIDADE, INFORMANDO QUE A VITIMA CONDUZIA A MOTOCICLETA DO DECLARANTE POR OCASIAO DO ACIDENTE.	Dante Noroes Albuquerque
27/03/2015 09:00	PRÉ CADASTRO ANALISADO E APROVADO	Poliana Weidle
06/04/2015 11:36	Processo enviado para analise da Seguradora Lider	Andrea Vieira
20/04/2015 15:14	PROCESSO COM RESTRICAO: PARECER DA SEGURADORA LIDER: APRESENTAR BOLETIM DE ATENDIMENTO MEDICO DESCREVENDO O TRAUMA COM O TRATAMENTO REALIZADO E RELACIONANDO-O AO ACIDENTE AUTOMOBILISTICO	Andrea Vieira
05/06/2015 10:56	PROCESSO REABERTO - ENVIADO PARA SEGURADORA LIDER:	Poliana Weidle
16/06/2015 10:49	DE ACORDO COM O PARECER EMITIDOO PELA SEGURADORA LÍDER, O PROCESSO FOI NEGADO, NÃO CABENDO VALORES A SEREM PAGOS	Giovana Rotava

Imprimir Andamentos





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**9ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22) 0821106-80.2015.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade judiciária.

Cite-se a parte promovida para, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de revelia.

fvm

JOÃO PESSOA, 11 de janeiro de 2016.

Juiz(a) de Direito

**Poder Judiciário da Paraíba**  
**9ª Vara Cível da Capital**  
**AV JOÃO MACHADO, s/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520**  
**JOÃO PESSOA()**

Nº do processo: 0821106-80.2015.8.15.2001  
Classe: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)  
Assunto(s): [SEGURO]

**MANDADO DE CITAÇÃO**

O MM. Juiz de Direito da 9ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Endereço: Rua João Bernardo de Albuquerque, 62, SALA 105, Tambiá, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58020-565 para querendo defender-se, no prazo de 15 dias. Advirta-a, outrossim, de que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, constantes da inicial, cuja cópia segue em anexo.

JOÃO PESSOA, em 3 de fevereiro de 2016.

De ordem, EDILAERTE VALERIO DA SILVA  
Servidor

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:**

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:15090416111321100000001933130

## **CERTIDÃO**

Certifico para os devidos fins que dei inteiro cumprimento ao presente mandado. Dou fé.

JOÃO PESSOA

22 de fevereiro de 2016

MARCIO NOBREGA DA SILVA



marcio

Poder Judiciário da Paraíba  
9ª Vara Cível da Capital  
AV JOÃO MACHADO, s/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520  
JOÃO PESSOA( )

Nº do processo: 0821106-80.2015.8.15.2001  
Classe: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)  
Assunto(s): [SEGURO]

### MANDADO DE CITAÇÃO

O MM. Juiz de Direito da 9ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS  
Endereço: Rua João Bernardo de Albuquerque, 62, SALA 105, Tambiá, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58020-565  
para querendo defender-se, no prazo de 15 dias. Advirta-a, outrossim, de que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, constantes da inicial, cuja cópia segue em anexo.

JOÃO PESSOA, em 3 de fevereiro de 2016.

De ordem, EDILAERTE VALERIO DA SILVA  
Servidor

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:** <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:15090416111321100000001933130



Assinado eletronicamente por: EDILAERTE VALERIO DA SILVA  
<http://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
ID do documento: 2868647



16020307095951300000002836206

Susana Medeiros  
PORTO SEGURO  
22/02/16